



Santa Casa da Misericórdia de Vila de Rei

---

## RELATÓRIO DE GESTÃO 2018

---



## Índice

1.	Apresentação .....	2
2.	Órgãos Sociais.....	3
3.	Enquadramento.....	4
4.	Áreas de Intervenção.....	6
4.1.	Estrutura Residencial para Pessoas Idosas.....	6
4.2.	Serviço de Apoio Domiciliário.....	6
4.3.	Unidade de Cuidados Continuados rainha D. Leonor.....	7
4.4.	Creche e Jardim de Infância "Os Patuscos" .....	8
4.5.	CLDS 3G.....	8
4.6.	Programa de Emergência Social.....	9
4.7.	Serviços Transversais.....	9
5.	Programas, Projetos e Investimentos.....	12
6.	Considerações Finais.....	13
ANEXOS		
7.	Demonstrações Financeiras	
8.	Certificação Legal das Contas	
9.	Parecer do Definitório	

Proposta da Mesa Administrativa à Assembleia Geral



## 1. APRESENTAÇÃO

A Santa Casa da Misericórdia de Vila de Rei localiza-se no concelho de Vila de Rei, no distrito de Castelo Branco e integra a NUTS III do Médio Tejo, desenvolvendo até à data, respostas sociais na área da Terceira Idade, da saúde e da Educação.

A Santa Casa da Misericórdia de Vila de Rei (SCMVR) integra diversos equipamentos designadamente a ERPI de Santo António, ERPI Casa do Idoso, ERPI Centro Geriátrico Nossa Senhora da Esperança, Serviço de Apoio Domiciliário, Cantina Social, Unidade de Cuidados Continuados Integrados Rainha D. Leonor, Creche e Jardim de Infância "Os Patuscos", e Contrato Local Desenvolvimento Social 3G (CLDS3G). Todos os equipamentos mencionados funcionam com recurso a serviços de suporte nomeadamente administrativos, lavandaria, externos, cozinha e serviços religiosos. Existe ainda um conjunto de prestação de serviços que visam garantir a todos o acesso a um conjunto de bens e serviços de forma a proporcionar uma melhor qualidade de vida aos utentes/clientes bem como aos colaboradores da Instituição.



## 2. ÓRGÃOS SOCIAIS

### Mesa da Assembleia Geral

#### **Presidente**

Carlos Manuel da Silva Nunes

#### **Vice-Presidente**

Manuel António Domingos

#### **1º Secretário**

Francisco Luís Barata

#### **2º Secretário**

Alberto Galego Joaquim

### Mesa Administrativa

#### **Provedora**

Maria da Conceição Barata Joaquim

#### **Vice-Provedora**

Maria Celeste Leitão Rodrigues da Costa

#### **1º Secretário**

Américo Bernardino

#### **2º Secretário**

Henrique Dias Santos Francisco

#### **Tesoureiro**

António Manuel Barreiros da Silva

### Conselho Fiscal ou Definitório

#### **Presidente**

João Alvares Barroso de Moura Campino

#### **Vice-Presidente**

Rui Manuel Rosa Garcia

#### **Secretária**

Clarinda Mendes Antunes dos Santos



### 3. ENQUADRAMENTO

A Mesa Administrativa, no cumprimento do imperativo legal e estatutário, apresenta o relatório de gestão referente a ano de 2018 aos Irmãos da Assembleia Geral da Santa Casa da Misericórdia de Vila de Rei (SCMVR).

A Irmandade da SCMVR, instituída no ano de 1581, é uma Associação de fiéis, com personalidade jurídica canónica, cujo fim é a prática das Catorze Obras de Misericórdia, tanto corporais como espirituais, visando o serviço e apoio com solidariedade a todos os que precisam, bem como a realização de atos de culto católico, de harmonia com o seu espírito tradicional e pelos princípios do humanismo e da doutrina e moral cristãs.

Ao longo do ano, a Santa Casa da Misericórdia de Vila de Rei observou, na sua gestão, o seguinte conjunto de valores e princípios:

**Visão:** Ser uma Instituição de referência a nível local, regional e nacional na promoção de respostas sociais adequadas às necessidades sentidas pelos cidadãos.

**Missão:** Prestar serviços de excelência ao nível da área social, da educação e da saúde promovendo a melhoria contínua, dignificando as condições de vida de todos os que necessitam, sob evocação das Obras de Misericórdia.

**Valores:** **Equidade**, Promover a todos a igualdade no acesso aos cuidados independentemente da condição social, económica ou religiosa; **Ética**, Respeito pelos valores éticos e deontológicos relativos ao exercício da atividade de modo a prestar um serviço digno; **Rigor e Transparência**, Fortalecer o rigor Institucional através de uma relação de transparência e credibilidade entre todos os intervenientes; **Qualidade e Eficiência**, Apostar na qualidade dos serviços prestados sem descurar a eficiência e a sustentabilidade económica.

A SCMVR rege-se, sempre, por uma atitude permanente de entreajuda clara, responsável e transparente com o objetivo de promover uma relação de bem-estar e de harmonia para com os Utentes/Clientes, Colaboradores, Comunidade e Parceiros.

A SCMVR enquanto a maior entidade empregadora do concelho assume um papel fulcral no desenvolvimento local, procurando dar oportunidade a todos os que pretendam com o seu trabalho e dedicação servir à causa e missão da SCMVR, bem como, dando formação



aos Colaboradores para que aumentem as suas competências, contribuindo para a satisfação das suas expectativas profissionais promovendo o seu desenvolvimento pessoal e dessa forma se sintam motivados no exercício das funções que desempenham diariamente, para que a prestação dos serviços seja de excelência.

A Gestão da SCMVR tem desafios constantes e diários, desde cumprir a legislação em vigor até manter a sustentabilidade financeira, é algo que a Mesa Administrativa e a Direcção Geral se confrontam no seu dia-a-dia. Ser Solidário nos tempos que correm não é uma tarefa fácil, mas na SCMVR é uma prioridade que não é esquecida, independentemente das implicações financeiras inerentes, o espírito solidário está sempre presente como nosso princípio e missão.



## 4. ÁREAS DE INTERVENÇÃO

### 4.1. A Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI)

A SCMVR possui três Estruturas Residenciais para Idosos designadamente a ERPI Santo António, a ERPI Casa do Idoso e a ERPI Centro Geriátrico Nossa Senhora da Esperança. Em cada um destes equipamentos existe alojamento coletivo, de utilização permanente, para Utentes/Clientes em situação de maior risco social, perda de independência e/ou autonomia. As ERPI'S têm como finalidade contribuir para o bem-estar e qualidade de vida do utente/cliente, proporcionando-lhe apoio nas atividades de vida diária, bem como na prevenção, sendo uma resposta para a sua situação de dependência.

No ano de 2018 as Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas apresentaram uma taxa de ocupação igual ao total da capacidade de cada uma. Ou seja, com um total de 169 utentes. Continua a ser garantido e disponibilizado um conjunto de bens e serviços, desde alimentação, cuidados de higiene e conforto, tratamento de roupa, atividades de animação sociocultural, cuidados médicos e de enfermagem, administração de fármacos, serviço religioso, serviço social, psicologia, fisioterapia, aulas de música, aulas de dança e espaços de lazer de forma a promover a satisfação das necessidades dos Utentes/Clientes. Para o efeito as ERPI'S estão dotadas de equipas multidisciplinares constituídas por um conjunto de profissionais que prestam apoio diário e permanente, tendo sido reforçado a equipa da saúde dotando-a de mais um enfermeiro para melhorar, de forma eficiente, o serviço dos cuidados de saúde prestados aos utentes/clientes.

Paralelamente, continuamos a investir na melhoria da qualidade de vida dos Utentes/Clientes, através da humanização de alguns espaços interiores e exteriores e na aquisição de equipamento como ajudas técnicas, material de fisioterapia.

### 4.2. O Serviço de Apoio Domiciliário (SAD)

O Serviço de Apoio Domiciliário (SAD) é uma resposta social que tem como finalidade a prestação de cuidados ao domicílio, de uma forma temporária ou permanente para a satisfação das necessidades básicas e/ou das atividades da vida diária dos Utentes/Clientes, respeitando a sua permanência no domicílio e evitando/retardando a sua



institucionalização. Ainda tem por objetivo combater a exclusão e o isolamento social das pessoas dependentes que não possuem redes informais de suporte, ou seja não têm família de retaguarda, e assim contribuir para uma relação de proximidade e de acompanhamento. No ano de 2018 o SAD apoiou um total de 53 Utentes/Clientes.

#### **4.3. Unidade de Média Duração e Reabilitação e Unidade de Longa Duração e Manutenção (UCCI)**

"O Plano Nacional para a Segurança dos Doentes 2015-2020 visa, principalmente, apoiar os gestores e os clínicos do Serviço Nacional de Saúde na aplicação de métodos e na procura de objetivos e metas que melhorem a gestão dos riscos associados à prestação de cuidados de saúde, uma vez que a melhoria da segurança dos doentes é uma responsabilidade de equipa, que mobiliza as competências individuais de cada um dos seus elementos e implica a gestão sistémica de todas as atividades,

O Plano Nacional para a Segurança dos Doentes 2015-2020 visa, através de ações transversais, como a cultura de segurança, a partilha do conhecimento e da informação e de ações dirigidas a problemas específicos, melhorar a prestação segura de cuidados de saúde em todos os níveis de cuidados, de forma integrada e num processo de melhoria contínua da qualidade do Serviço Nacional de Saúde." (Diário da República, 2.ª serie – 10 de fevereiro de 2015).

A Unidade de Cuidados Continuados Integrados (UCCI) Rainha D. Leonor funciona com duas Unidades de Internamento, uma de Média Duração e outra de Longa Duração, as quais têm por objetivo prestar cuidados clínicos de reabilitação, de apoio psicossocial e cuidados integrados de reabilitação e manutenção. Para o efeito existe uma equipa multidisciplinar constituída por vários profissionais que de forma diária e permanente prestam todo o apoio necessário nas atividades da vida quotidiana aos doentes.

Tem sido uma preocupação constante da SCMVR garantir a qualidade, a segurança e o cumprimento das obrigações legais da Rede Nacional de Cuidados Continuados. Neste sentido foram regularizadas as situações contratuais de elementos da equipa de enfermagem, bem como dotar a equipa multidisciplinar de um psicólogo, de uma terapeuta ocupacional e de uma Médica Fisiatra.



#### **4.4. Creche e o Jardim de Infância “ Os Patuscos”**

A Creche e o Jardim de Infância “Os Patuscos” possui uma capacidade global para acolher 90 crianças entre os 3 meses e os 5 anos de idade possuindo acordos com a Segurança Social para 33 crianças. Funciona de segunda a sexta-feira das 7h30m às 19h30m durante todo o ano.

Ao longo do ano verificou-se uma frequência de 45 crianças.

A Creche e o Jardim de Infância “Os Patuscos” possui uma equipa educativa formada por educadoras de infância e auxiliares de ação educativa, que diariamente recebem as crianças e as suas famílias de forma a responder às suas necessidades. As atividades com as crianças são desenvolvidas e planeadas de acordo com o desenvolvimento harmonioso, à sua idade, nível de desenvolvimento e realidade sociocultural do meio em que se inserem e estão de acordo com o projeto educativo. O objetivo principal da Creche e do Jardim de Infância “Os Patuscos” é criar um ambiente próximo com cada criança, sempre com afetividade e carinho, dando assim importância e prioridade às suas rotinas, aos tempos e necessidades das mesmas e em parceria com a família, promover o desenvolvimento global da criança facilitando a sua integração plena na sociedade.

Ao longo do ano foram realizados muitos trabalhos e atividades motoras, plásticas, de culinária, musicais, entre outras.

Para a realização das atividades foi necessário a aquisição constante de material, que na sua maioria é designado por consumíveis como cartolinhas, tintas, lápis de cor, cera, e marcadores, cola, e entre outros materiais desta natureza. Também se efetuou investimento no espaço exterior, adquirindo alguns equipamentos para assim se poder desenvolver o projeto da horta pedagógica bem como a dotação de vedações e uma entrada independente para a Creche e Jardim de Infância garantindo assim um maior bem-estar e segurança das crianças.

#### **4.5. CLDS3G**

O projeto CLDS3G tem como finalidade promover a inclusão social dos cidadãos, através de ações a executar em parceria com os diversos parceiros locais, por forma a combater a pobreza persistente e a exclusão social. O Programa CLDS-3G é financiado por fundos estruturais em conformidade com a legislação nacional e comunitária aplicável,



designadamente ao Fundo Social Europeu (FSE) nos termos do estabelecido na alínea a) do no n.º 3 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 56/2006, de 15 de março. Durante o ano de 2018 o projeto cumpriu todos os objetivos delineados no seu plano de ação tendo abrangido 1034 Pessoas.

#### **4.6. Programa de Emergência Social**

A Santa Casa da Misericórdia de Vila de Rei tem Protocolo de Colaboração no âmbito da Convenção da Rede Solidária de Cantinas Sociais com o Instituto da Segurança Social, I.P., tendo-se constituído esta resposta de intervenção no âmbito do Programa de Emergência Alimentar que assegura às pessoas e/ou famílias com maior necessidade garantindo assim o acesso a refeições diárias (almoço e/ou jantar) gratuitas. No ano de 2018 o Programa de Emergência Alimentar apoiou em média seis (6) pessoas por mês correspondendo a 4 380 refeições.

#### **4.7. Serviços Transversais**

##### **Serviço de Aprovisionamento**

Através do serviço de aprovisionamento procede-se à aquisição dos produtos e serviços com a qualidade necessária para garantir o bom funcionamento de todas as unidades da Instituição e a prestação dos serviços aos Utentes /Clientes.

Face à conjuntura de contenção orçamental que a SCMVR vive, houve a necessidade e preocupação acrescida de estabelecer prioridades nas aquisições, para tal foram implementados novos procedimentos para melhor controlo de custos.

##### **Lavandaria**

A lavandaria é um serviço de apoio centralizado no âmbito do tratamento de roupas da Instituição e dos Utentes/Clientes. A quantidade de roupa que a Lavandaria lavou durante o ano de 2018 foi de 204.227,00 Kg de roupa a que corresponde em média 560 Kg por dia.



## Frota

Os transportes são um serviço de apoio às diversas respostas sociais intervindo no apoio a deslocações designadamente no transporte escolar, transporte de Utentes/Clientes a consultas, a atividades, exames médicos, transporte de roupa e de refeições.

Para o efeito a SCMVR possui uma frota de 14 viaturas.

## Cozinha

Atualmente as refeições são confeccionadas pela empresa de restauração "ITAU" para todas as unidades da Instituição tendo como responsabilidade a gestão de todo o processo desde a encomenda das matérias-primas, gestão de stocks, confeção e empratamento. A SCMVR manteve a nutricionista da Instituição para que em conjunto com a empresa de restauração elabore e verifique as cenas. Durante o ano de 2018 foram confeccionadas 241.200 refeições correspondendo a uma média diária de 670 refeições.

## Recursos Humanos

Os recursos humanos constituem um pilar fundamental para o funcionamento da Instituição. É fundamental que os Colaboradores se sintam motivados para o desempenho das suas funções e assim contribuir para sucesso da SCMVR.

De salientar que os recursos humanos da Instituição têm um peso orçamental considerável e onde não há espaço para negociação para uma eventual redução de custos. Por este fato é fundamental fazer-se uma gestão criteriosa dos recursos existentes. A Instituição disponibilizou aos seus Colaboradores formação nas seguintes áreas:

- Primeiros Socorros;
- Deontologia e ética profissional no apoio à comunidade;
- Formação sobre o tema "Gama de higiene têna";
- Suporte Básico de Vida com Desfibrilhação Automática Externa;
- Formação Profissional de Legislação Laboral nas Organizações Sociais;
- O Direito a Férias;
- Férias, Faltas, Feriados e Processos Disciplinares;
- Contratos de Trabalho: Tipologia e aplicação prática;
- Código dos contratos públicos;
- Ação de Sensibilização sobre o Regulamento Geral de Proteção de Dados;



- Sistema Integrado de Emergência Médica (SIEM), Abordagem à Vitima e Reanimação.

O número médio de Colaboradores ao longo do ano de 2018 foi de 231 Colaboradores.



## 5. PROGRAMAS, PROJETOS E INVESTIMENTOS

Programas, Projetos e Investimentos	Grau de Concretização
Substituição de Unidades de ar condicionado na ERPI Santo Antônio	Concretizado
Painéis Solares de águas Quentes Sanitárias nas várias respostas sociais	Candidatura efetuada no âmbito do Portugal 2020
Mobiliário nas várias respostas sociais	Candidatura efetuada no âmbito do Portugal 2020
Pavimento antiderrapante na ERPI Casa do Idoso	Candidatura efetuada no âmbito do Portugal 2020
Obras de melhoramento no sótão da ERPI Casa do Idoso	Candidatura efetuada no âmbito do Portugal 2020
Adaptação de 4 quartos para isolamento na UCCIRL	Não concretizado
Cobertura na entrada e saída de utentes/ambulâncias na UCCIRL	Não concretizado
Pavimento de borracha na Creche/Jardim de Infância "Os Patuscos"	Não concretizado
Adaptação R/C da Secretaria Geral para SAD	Concretizado
2ª Fase do CGNSE	Não concretizado
Serviço de apoio à Família e Prolongamento do Horário no Ensino Pré Escolar	O Protocolo foi renovado
Capacitação para a Inclusão 2020 - Formação	Concretizado
Aquisição de fardas para os Colaboradores	Concretizado
Programa de Emergência Social	O Protocolo foi renovado



## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando no final de cada ano se faz o balanço do mesmo apercebemo-nos de todo o trabalho desenvolvido, com empenho e dedicação, considerando toda a complexidade organizacional os órgãos de gestão tiveram sempre presente a preocupação o rigor e contenção orçamental face ao momento que a Instituição vive e que é de um período de reequilíbrio financeiro.

Considerando todo o trabalho efetuado o balanço é positivo, temos a consciência de ter cumprido uma parte da etapa. Sabemos que foi um ano de grandes dificuldades, refletindo-se num saldo financeiro negativo, no entanto encaramos o ano de 2019 com otimismo, acreditando que os investimentos delineados, conjuntamente com a continuidade da política de rigor irão contribuir para encontrar atingir a sustentabilidade financeira da Instituição.

Agradecemos a todos que com o seu esforço e dedicação a esta nossa Instituição. Expressamos a todos os Colaboradores um voto de louvor pelo seu empenho, dedicação e zelo, contributo fundamental na qualidade dos cuidados que prestamos aos nossos Utentes/Clientes.

Acerca referir que o resultado líquido do exercício foi de 242.370,59€ negativos (duzentos e quarenta e dois mil trezentos e setenta euros e cinquenta e nove centimos), pelo que será transferido para resultados transitados.

**Aprovado em Mesa Administrativa por:**

Maria Irene da Conceição Barata Joaquim

Provedora



Maria Celeste Leitão Rodrigues da Costa  
Vice- Provedora

António Manuel Barreiros da Silva  
Tesoureiro

Américo Bernardino  
Primeiro Secretário

Henrique Dias Santos Francisco  
Segundo Secretário



## 7. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



**SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VILA DE REI**  
*Instituição Particular de Solidariedade Social*

**BALANÇO INDIVIDUAL PARA ESNL em 31 de DEZEMBRO de 2018**

RUBRICAS	NOTAS	Unidade Monetária (EUR)	
		DATAS	
		2018	2017
<b>ACTIVO</b>			
<b>Ativo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis	5, 18	7 141 964,96	7 286 872,02
Bens do Património Histórico e Cultural	5, 18	191 567,93	196 416,83
Propriedades de investimento	6, 18	79 586,69	79 586,69
Ativos intangíveis	7, 18	2 436,38	3 444,10
Investimentos Financeiros	11	18 973,80	11 474,92
		<b>7 434 529,76</b>	<b>7 577 794,56</b>
<b>Ativo corrente</b>			
Inventários	10	213 012,82	210 794,87
Clientes	11	319 207,73	406 403,98
Estado e outros entes públicos	11	45 593,10	36 202,10
Fundadores/associados/membros	11	16 212,50	19 515,00
Outras ativos a receber	11	163 493,22	79 794,53
Gastos a Reconhecer	12	57 623,55	47 435,42
Caixa e depósitos bancários	4	170 765,40	284 832,16
		<b>985 908,32</b>	<b>1 084 978,06</b>
<b>Total do Ativo</b>		<b>8 420 438,08</b>	<b>8 662 772,62</b>
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>			
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS</b>			
Fundos			
Resultados transitados		10 215,01	10 215,01
Outras variações nos fundos patrimoniais		2 405 645,91	2 391 444,96
		1 225 419,77	1 216 427,17
Resultado líquido do período		<b>3 641 280,69</b>	<b>3 618 087,14</b>
<b>Total do fundo de capital</b>		<b>-242 370,59</b>	<b>14 200,95</b>
<b>PASSIVO</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Financiamentos obtidos	13	3 386 078,84	3 285 214,69
Outras Contas a pagar	13	0,00	0,00
		<b>3 386 078,84</b>	<b>3 285 214,69</b>
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	13	368 238,91	177 517,16
Estado e outros entes públicos	11	74 542,92	104 647,22
Financiamentos obtidos	13	443 625,50	659 241,78
Clientes Cobrança Duvidosa	13	138 001,08	169 379,14
Rendimentos a Reconhecer	13	611 040,73	634 484,54
Outras Contas a pagar	13		
		<b>1 635 449,14</b>	<b>1 745 269,84</b>
<b>Total do Passivo</b>		<b>5 021 527,98</b>	<b>5 030 484,53</b>
<b>Total do capital próprio e do passivo</b>		<b>8 420 438,08</b>	<b>8 662 772,62</b>

CONTABILISTA CERTIFICADO N°76211  
 Rosa Martins

MESA ADMINISTRATIVA



**SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VILA DE REI**  
*Instituição Particular de Solidariedade Social*

**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA PARA ESNL**  
**PERÍODO FINDO EM 31 DEZEMBRO 2018**

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	Unidade Monetária (EUR)	
		2018	2017
Vendas e serviços prestados	14	3 653 499,82	3 265 582,31
Subsídios à exploração	15	911 051,42	1 042 089,92
Variação nos inventários da produção	10	0,00	7 981,00
Trabalhos para a própria entidade	14	0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10	-319 920,93	-395 402,42
Fornecimento e serviços externos	16	-1 168 111,09	-945 463,51
Gastos com o pessoal	17	-3 042 625,12	-2 736 091,56
Imparidade de Dívidas a receber (Perdas/reversões)	13	-1 858,10	-28 029,72
Outros rendimentos e ganhos	19	47 950,73	55 954,03
Outros gastos e perdas	20	-31 407,63	-13 734,24
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>48 579,10</b>	<b>252 885,81</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	18	-240 547,92	-201 187,07
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>-191 968,82</b>	<b>51 698,74</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	19	2,47	9,72
Juros e gastos similares suportados	21	-50 404,24	-37 507,51
<b>Resultado antes de Impostos</b>		<b>-242 370,59</b>	<b>14 200,95</b>
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>-242 370,59</b>	<b>14 200,95</b>

CONTABILISTA CERTIFICADO N°76211

Rosa Martins

MESA ADMINISTRATIVA



**SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VILA DE REI**  
*Instituição Particular de Solidariedade Social*

**DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO 2018**

DESCRICAÇÃO	NOTAS	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe						Total dos fundos Patrimoniais		
		Fundos	Excedentes e défices	Reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	TOTAL
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO N (6)		10 215,01			2 391 444,95				1 216 427,17	14 200,95
ALTERAÇÕES NO PERÍODO										3 632 288,09
Primeria adopção de novo referencial contabilístico										
Alterações de políticas contabilísticas	18									
Diferimentos Subsidiados ao investimento	15									
Subsídio ao investimento										-17 794,97
Despesas										0,00
Reserva										0,00
Realização do excedente de revalorização de ativos e intangíveis										0,00
Correções relativais a Periodos Anteriores										0,00
Transferências										0,00
Excedentes de revalorização de ativos e intangíveis e respectivas variações	(7)									0,00
										0,00
14 200,95		14 200,95		0,00		0,00				
RESULTADO LÍQUIDO PERÍODO (8)										8 992,60
RESULTADO EXTENSIVO 4+7+8										
OPERACÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO										
Fundo										
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO N 6+7+8+10		10 215,01		2 415 645,91	0,00	1 225 419,77	-242 370,59	3 398 910,10		3 398 910,10

O CONTABILISTA CERTIFICADO Nº 76211

Ricardo Martins

A MESA ADMINISTRATIVA



**DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO 2017**

DESCRICAÇÃO	NOTAS	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da emissão-início						Unidade Monetária (EUR)	
		Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO N (6)	10 215,01				2 326 322,54				
ALTERAÇÕES NO PERÍODO									
Primeria adopção de novo referencial contabilístico									
Alterações de políticas contabilísticas									
Diferenças Subsídios ao Investimento	18								
Subsídio ao Investimento	15								
Dações								-17 794,97	-17 794,97
Reserva								0,00	0,00
Realização do excedente de revalorização de ativos e intangíveis								0,00	0,00
Correções relativas a Periodos Anteriores								0,00	0,00
Transferências								0,00	0,00
Excedentes de revalorização de ativos intangíveis e respectivas var.								0,00	0,00
(7)									
RESULTADO LÍQUIDO PERÍODO (8)					65 122,42	0,00	0,00	+17 794,97	+65 122,42
RESULTADO INTENSIVO 9+7+8									
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO									
Fundos									
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO N 6+7+8+10	10 215,01				2 391 444,96	0,00	1 215 427,17	14 200,95	3 632 248,09
									3 632 248,09

O CONTABILISTA CERTIFICADO Nº 76211

Rosa Marten

A MESA ADMINISTRATIVA



**SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VILA DE REI**  
*Instituição Particular de Solidariedade Social*

**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA PARA ESNL**

**PERÍODO FINDO EM 31 DEZEMBRO 2018**

**ERPI SANTO  
ANTÓNIO**

RENDIMENTOS E GASTOS	PERÍODOS	
	2018	2017
Vendas e serviços prestados	434 038,10	417 624,45
Subsídios à exploração	318 100,98	341 930,67
Variação nos inventários da produção		1 458,93
Trabalhos para a própria entidade		0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-36 257,44	-67 281,01
Fornecimento e serviços externos	-187 925,89	-146 097,63
Gastos com o pessoal	-510 879,57	-509 445,25
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	-205,94	-2 884,70
Outros rendimentos e ganhos	11 546,94	7 782,46
Outros gastos e perdas	-3 834,08	-747,98
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>	<b>24 583,10</b>	<b>42 339,94</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-21 621,36	-20 012,02
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>	<b>2 961,74</b>	<b>22 327,92</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	0,05	2,64
Juros e gastos similares suportados	-1 538,09	-120,52
<b>Resultado antes de Impostos</b>	<b>1 423,70</b>	<b>22 210,04</b>
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>1 423,70</b>	<b>22 210,04</b>

CONTABILISTA CERTIFICADO Nº76211

Rosa Martins

MESA ADMINISTRATIVA



**SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VILA DE REI**  
*Instituição Particular de Solidariedade Social*

**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA**  
**PARA ESNL**  
**PERÍODO FINDO EM 31 DEZEMBRO 2018**

**ERPI CASA DO IDOSO**

RENDIMENTOS E GASTOS	PERÍODOS	
	2018	2017
Vendas e serviços prestados	349 869,73	344 821,58
Subsídios à exploração	206 450,10	217 569,64
Variação nos inventários da produção	0,00	1 075,84
Trabalhos para a própria entidade	0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-28 296,06	-46 305,96
Fornecimento e serviços externos	-174 756,24	-139 748,82
Gastos com o pessoal	-404 522,34	-422 822,09
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	-6 909,70	-5 811,61
Outros rendimentos e ganhos	8 186,64	16 115,99
Outros gastos e perdas	-3 073,71	-487,89
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>	<b>-53 051,58</b>	<b>-35 593,32</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-25 256,63	-23 490,97
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>	<b>-78 308,21</b>	<b>-59 084,29</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	0,10	3,87
Juros e gastos similares suportados	-1 149,42	-115,38
<b>Resultado antes de Impostos</b>	<b>-79 457,53</b>	<b>-59 195,80</b>
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>-79 457,53</b>	<b>-59 195,80</b>

CONTABILISTA CERTIFICADO N°76211

Rosa Martins

MESA ADMINISTRATIVA



**SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VILA DE REI**  
*Instituição Particular de Solidariedade Social*

**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA  
 PARA ESNI  
 PERÍODO FINDO EM 31 DEZEMBRO 2018**

**ERPI - CENTRO GERIÁTRICO NOSSA  
 SENHORA DA ESPERANÇA**

RENDIMENTOS E GASTOS	PERÍODOS	
	2018	2017
Vendas e serviços prestados	815 459,23	442 226,30
Subsídios à exploração	34 488,12	39 841,02
Variação nos inventários da produção	0,00	915,42
Trabalhos para a própria entidade	0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-58 389,77	+34 919,98
Fornecimento e serviços externos	-233 051,17	+159 723,54
Gastos com o pessoal	-514 275,52	+328 038,94
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	-3 249,46	-6 807,40
Outros rendimentos e ganhos	3 619,41	1 554,42
Outros gastos e perdas	-4 360,88	-402,66
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>	<b>10 239,96</b>	<b>-45 355,36</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-80 493,52	-50 826,44
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>	<b>-70 253,56</b>	<b>-96 181,80</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	0,04	0,64
Juros e gastos similares suportados	-24 408,50	-12 310,33
<b>Resultado antes de Impostos</b>	<b>-94 662,02</b>	<b>-108 491,49</b>
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>-94 662,02</b>	<b>-108 491,49</b>

CONTABILISTA CERTIFICADO N°76211

Rosa Martins

MESA ADMINISTRATIVA



**SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VILA DE REI**  
*Instituição Particular de Solidariedade Social*

**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR  
 NATUREZA PARA ESNL,  
 PERÍODO FINDO EM 31 DEZEMBRO 2018**

**CRECHE E JARDIM DE INFÂNCIA  
 "Os Patuscos"**

RENDIMENTOS E GASTOS	PERÍODOS	
	2018	2017
Vendas e serviços prestados	72 512,16	66 410,69
Subsídios à exploração	98 335,56	103 427,91
Variação nos inventários da produção	0,00	312,85
Trabalhos para a própria entidade	0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-2 774,79	-6 624,35
Fornecimento e serviços externos	-36 739,55	-28 661,63
Gastos com o pessoal	-121 694,76	-130 368,84
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	-427,90	-660,00
Outros rendimentos e ganhos	1 764,09	2 138,96
Outros gastos e perdas	-1 085,71	-131,86
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>	<b>9 889,10</b>	<b>5 843,73</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-7 325,11	-3 979,51
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>	<b>2 563,99</b>	<b>1 864,22</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	0,00	0,17
Juros e gastos similares suportados	-376,57	-98,18
<b>Resultado antes de Impostos</b>	<b>2 187,42</b>	<b>1 766,21</b>
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>2 187,42</b>	<b>1 766,21</b>

CONTABILISTA CERTIFICADO N°76211

Rosa Martins

MESA ADMINISTRATIVA



**SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VILA DE REI**  
*Instituição Particular de Solidariedade Social*

**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR  
 NATUREZA PARA ESNL  
 PERÍODO FINDO EM 31 DEZEMBRO 2018**

**SERVIÇO DE APOIO  
 DOMICILIÁRIO (SAD)**

RENDIMENTOS E GASTOS	PERÍODOS	
	2018	2017
Vendas e serviços prestados	158 857,30	178 733,31
Subsídios à exploração	127 360,12	157 795,54
Variação nos inventários da produção	0,00	639,28
Trabalhos para a própria entidade	0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-2 416,32	-21 058,87
Fornecimento e serviços externos	-107 917,47	-89 692,39
Gastos com o pessoal	-169 023,48	-163 860,70
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	1 190,36	45,14
Outros rendimentos e ganhos	1 225,40	3 501,76
Outros gastos e perdas	-1 445,18	-407,35
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>	<b>7 828,73</b>	<b>65 695,72</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-11 082,82	-14 394,87
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>	<b>-3 254,09</b>	<b>51 300,85</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	0,01	0,36
Juros e gastos similares suportados	-562,88	-8,25
<b>Resultado antes de Impostos</b>	<b>-3 816,96</b>	<b>51 292,96</b>
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>-3 816,96</b>	<b>51 292,96</b>

CONTABILISTA CERTIFICADO Nº76211

Rosa Martins

MESA ADMINISTRATIVA



**SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VILA DE REI**  
*Instituição Particular de Solidariedade Social*

**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR  
 NATUREZA PARA ESNL  
 PERÍODO FINDO EM 31 DEZEMBRO 2018**

**UNIDADE DE CUIDADOS  
 CONTINUADOS RAINHA D.  
 LEONOR**

RENDIMENTOS E GASTOS	PERÍODOS	
	2018	2017
Vendas e serviços prestados	1 812 502,01	1 797 867,45
Subsídios à exploração	17 033,84	91 017,44
Variação nos inventários da produção	0,00	3 578,68
Trabalhos para a própria entidade	0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	+191 773,66	-215 971,62
Fornecimento e serviços externos	+394 306,63	+359 575,49
Gastos com o pessoal	+1 214 389,60	+1 104 737,77
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	7 744,54	-11 911,15
Outros rendimentos e ganhos	21 566,75	24 860,44
Outros gastos e perdas	-11 041,41	-8 926,21
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>	<b>47 335,84</b>	<b>216 201,77</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-88 274,25	-86 847,36
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>	<b>-40 938,41</b>	<b>129 354,41</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	2,27	2,04
Juros e gastos similares suportados	-22 348,76	-24 854,85
<b>Resultado antes de Impostos</b>	<b>-63 284,90</b>	<b>104 501,60</b>
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>-63 284,90</b>	<b>104 501,60</b>

CONTABILISTA CERTIFICADO N°76211

Rosa Martins

MESA ADMINISTRATIVA



**SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VILA DE REI**  
*Instituição Particular de Solidariedade Social*

**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR  
 NATUREZA PARA ESNL  
 PERÍODO FINDO EM 31 DEZEMBRO 2018**

**CANTINA SOCIAL**

RENDIMENTOS E GASTOS	PERÍODOS	
	2018	2017
Vendas e serviços prestados	10 261,29	17 898,53
Subsídios à exploração	14,74	0,00
Variação nos inventários da produção		0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-9,26	-3 240,63
Fornecimento e serviços externos	-8 608,48	-8 381,86
Gastos com o pessoal	-849,01	-1 038,90
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00
Outros rendimentos e ganhos	43,50	0,00
Outros gastos e perdas	-51,37	-2 382,60
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>	<b>801,41</b>	<b>2 854,64</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-240,42	
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>	<b>560,99</b>	<b>2 854,64</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	0,00	
Juros e gastos similares suportados	-20,02	
<b>Resultado antes de Impostos</b>	<b>540,97</b>	<b>2 854,64</b>
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>540,97</b>	<b>2 854,64</b>

CONTABILISTA CERTIFICADO Nº76211

Rosa Martins

MESA ADMINISTRATIVA



**SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VILA DE REI**  
*Instituição Particular de Solidariedade Social*

**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR  
 NATUREZA PARA ESNL  
 PERÍODO FINDO EM 31 DEZEMBRO 2018**

**CONTRATO LOCAL DE  
 DESENVOLVIMENTO SOCIAL  
 (CLDS3G)**

RENDIMENTOS E GASTOS	PERÍODOS	
	2018	2017
Vendas e serviços prestados	0,00	0,00
Subsídios à exploração	85 827,02	90 507,70
Variação nos inventários da produção	0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade	0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-3,63	0,00
Fornecimento e serviços externos	-8 049,25	-13 106,37
Gastos com o pessoal	-76 384,83	-75 779,07
Impuridade de dívidas a receber (perdas/reversões)	0,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos	0,00	0,00
Outros gastos e perdas	0,00	-247,79
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>	<b>1 389,31</b>	<b>1 374,47</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-1 404,91	-1 635,90
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>	<b>-15,60</b>	<b>-261,43</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados	0,00	0,00
<b>Resultado antes de Impostos</b>	<b>-15,60</b>	<b>-261,43</b>
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>-15,60</b>	<b>-261,43</b>

CONTABILISTA CERTIFICADO N°76211

Rosa Martins

MESA ADMINISTRATIVA



**SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VILA DE REI**  
*Instituição Particular de Solidariedade Social*

**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR  
 NATUREZA PARA ESNL  
 PERÍODO FINDO EM 31 DEZEMBRO 2018**

**CAPELA**

RENDIMENTOS E GASTOS	PERÍODOS	
	2018	2017
Vendas e serviços prestados		
Subsídios à exploração	50,00	
Variação nos inventários da produção		
Trabalhos para a própria entidade		
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		
Fornecimento e serviços externos	-486,77	-475,78
Gastos com o pessoal		
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		
Outros rendimentos e ganhos		
Outros gastos e perdas		
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>	<b>-436,77</b>	<b>-475,78</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-1 848,90	
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>	<b>-5 285,67</b>	<b>-475,78</b>
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros e gastos similares suportados		
<b>Resultado antes de Impostos</b>	<b>-5 285,67</b>	<b>-475,78</b>
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>-5 285,67</b>	<b>-475,78</b>

CONTABILISTA CERTIFICADO Nº76211

Rosa Martins

MESA ADMINISTRATIVA



**SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VILA DE REI**  
*Instituição Particular de Solidariedade Social*

**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA PARA ESNL**

**PERÍODO FINDO EM 31 DEZEMBRO 2018**

**Formação Portugal 2020**

RENDIMENTOS E GASTOS	PERÍODOS
	2018
Vendas e serviços prestados	
Subsídios à exploração	23 390,94
Variação nos inventários da produção	
Trabalhos para a própria entidade	
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	
Fornecimento e serviços externos	-16 269,64
Gastos com o pessoal	-606,01
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	
Outros rendimentos e ganhos	
Outros gastos e perdas	-6 515,29
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>	<b>0,00</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>	<b>0,00</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	
Juros e gastos similares suportados	
<b>Resultado antes de Impostos</b>	<b>0,00</b>
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>0,00</b>

CONTABILISTA CERTIFICADO N°76211

Rosa Martins

MESA ADMINISTRATIVA



**SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VILA DE REI**  
Instituição Particular de Solidariedade Social

**DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA**

PERÍODO FINDO EM 31 DEZEMBRO 2018

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODO	PERÍODO
		2018	2017
<b>Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo</b>			
Recebimento de clientes		4 354 245,24	3 944 473,42
Pagamento a fornecedores		-1 461 687,03	-1 513 343,54
Pagamentos ao pessoal		-2 927 500,87	-2 623 550,70
<b>Caixa gerada pelas operações</b>		<b>-34 942,66</b>	<b>-192 420,82</b>
Pagamento/recibimento do imposto sobre o rendimento			
Outros recibimentos/pagamentos		61 741,45	111 100,27
<b>Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)</b>		<b>26 798,79</b>	<b>-81 320,55</b>
<b>Fluxos de caixa das Actividades de investimento</b>			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Activos fixos tangíveis		-81 647,66	-969 471,59
Activos intangíveis			0,00
Investimentos financeiros		233,49	-5 913,67
Outros activos			64,26
<b>Recibimentos provenientes de:</b>			
Activos fixos tangíveis			0,00
Activos intangíveis			0,00
Investimentos financeiros			0,00
Subsídios ao investimento			2 285,30
Juros e rendimentos similares			0,00
Dividendos		2,47	9,72
<b>Fluxos de Caixa das actividades de investimento (2)</b>		<b>-81 391,70</b>	<b>-973 025,98</b>
<b>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</b>			
<b>Recibimentos provenientes de:</b>			
Financiamentos obtidos		2 090 344,43	800 000,00
Cobertura de prejuízos			0,00
Doações			0,00
Outras operações de financiamento			279 055,10
<b>Outras operações de financiamento</b>			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Financiamentos obtidos		-2 098 425,29	-330 616,27
Juros e gastos similares		-50 404,24	-37 674,22
Dividendos			0,00
<b>Reduções de capital e de outros instrumentos de Capital próprio</b>			0,00
<b>Outras operações de financiamento</b>			0,00
<b>Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)</b>		<b>-58 485,10</b>	<b>710 764,61</b>
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)</b>		<b>-113 078,01</b>	<b>-343 581,92</b>
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	283 843,41	627 425,33
Caixa e seus equivalentes no fim do período		170 765,40	283 843,41

CONTABILISTA CERTIFICADO N°76211

Rosa Martins

MESA ADMINISTRATIVA



## SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VILA DE REI

Instituição Particular de Solidariedade Social

### ANEXO

#### *Às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2018*

(montantes expressos em euros)

#### *1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE*

A SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VILA DE REI, NIPC nº 501885196 é uma Instituição de Solidariedade Social, fundada no ano de 1581, com sede no Bairro de Santo António, 6110-217, VILA DE REI, e tem o objetivo de satisfazer carências sociais, desenvolvendo as seguintes respostas sociais: Creche, Pré-Escolar, ERPI'S, Apoio Domiciliário, Cantina Social, Rede Cuidados Continuados e praticar atos de culto católico como atividade principal.

O fundo patrimonial é representado com valor nominal inicial de 10.215,01€.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em euros e foram aprovadas pela Mesa Administrativa, na reunião de 22 de Março de 2019. Contudo, as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia de Irmãos, nos termos dos Estatutos da Santa Casa em vigor.

A Mesa Administrativa entende que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Entidade, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.

#### *2. REFERÊNCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS*

2.1. As presentes demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto de continuidade de operações, a partir dos registos contabilísticos da instituição e de acordo com as normas do Sistema de Normalização Contabilística, regulado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 09 de Março (Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Sector Não Lucrativo), Portaria n.º 220/2015, de 24 de Julho (Modelos de Demonstrações Financeiras), Portaria n.º 218/2015, de 23 de Julho (Código de Contas), Aviso n.º 6726-B/2011, de 14 de Março (Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro para SNL), Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho – SNC, alterado pelo aviso 8259/2015 de 29/7.

2.2. Não foram derrogadas quaisquer disposições do SNC que tenham tido efeitos nas demonstrações financeiras e na imagem verdadeira e apropriada do ativo, passivo e dos resultados da entidade.



## SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VILA DE REI

Instituição Particular de Solidariedade Social

2.3. O conteúdo das contas das demonstrações financeiras é comparável com o do ano anterior.

### *3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS*

As principais políticas contabilísticas adotadas pela Entidade na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

#### 3.1. Bases de Apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas de acordo com as bases de apresentação das demonstrações financeiras (BADF):

##### 3.1.1. Pressuposto da Continuidade

No âmbito do pressuposto da continuidade, a entidade avaliou a informação de que dispõe e as suas expectativas futuras, tendo em conta a capacidade da entidade prosseguir com o seu negócio. Da avaliação resultou que o negócio tem condições de prosseguir presumindo-se a sua continuidade. As demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2018, evidenciam um fundo de manequil negativo em cerca de 650 milhares de euros (660 milhares de euros em 31 de dezembro de 2017) é convicção da Mesa Administrativa da SCM de Vila de Rei, com base nos planos de reestruturação e investimento em curso, que a continuidade das operações da SCMVR sejam asseguradas.

##### 3.1.2. Pressuposto do Acréscimo

Os elementos das demonstrações financeiras são reconhecidos logo que satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento.

##### 3.1.3. Consistência de Apresentação

A apresentação e classificação de itens nas demonstrações financeiras está consistente de um período para o outro.



## SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VILA DE REI

Instituição Particular de Solidariedade Social

### 3.1.4. Materialidade e Agregação

A materialidade depende da dimensão e da natureza da omissão ou do erro, ajuizados nas circunstâncias que os rodeiam. Considera-se que as omissões ou declarações incorretas de itens são materialmente relevantes se puderem, individual ou coletivamente, influenciar as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Um item que não seja materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada na face das demonstrações financeiras pode porém ser materialmente relevante para que seja apresentado separadamente nas notas do presente anexo.

As demonstrações financeiras resultam do processamento de grande número de Transações ou outros acontecimentos que são agregados em classes de acordo com a sua natureza ou função. A fase final do processo de agregação e classificação é a apresentação de dados condensados e classificados que formam linhas de itens na face do balanço, na demonstração dos resultados, na demonstração de alterações nos Fundos Patrimoniais e na demonstração de fluxos de caixa ou no anexo.

### 3.1.5. Compensação

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos, não são compensados exceto quando tal for exigido ou permitido pela NCRF-ESNL. Assim, o rédito deve ser mensurado tomando em consideração a quantia de quaisquer descontos comerciais e abatimentos de volume concedidos pela Entidade. A Entidade empreende, no decurso das suas atividades ordinárias, outras transações que não geram rédito mas que são inerentes às principais atividades que o geram. Os resultados de tais transações são apresentados, quando esta apresentação reflete a substância da transação ou outro acontecimento, compensando qualquer rendimento com os gastos relacionados resultantes da mesma transação. Os ganhos e perdas provenientes de um grupo de transações semelhantes são relatados numa base líquida. Estes ganhos e perdas são relatados separadamente se forem materialmente relevantes.

### 3.1.6. Informação Comparativa

A informação está comparativa com respeito ao período anterior para todas as quantias relatadas nas demonstrações financeiras. A informação comparativa foi incluída para a informação narrativa e descritiva quando é relevante para uma compreensão das demonstrações financeiras do período corrente, a menos que a NCRF-ESNL o permita ou exija de outra forma.

A informação narrativa proporcionada nas demonstrações financeiras relativa a períodos anteriores que continua a ser relevante no período corrente é divulgada novamente.

A comparabilidade da informação inter-períodos é continuamente objeto de aperfeiçoamento com o intuito de ser cada vez mais um instrumento de ajuda aos utentes



## SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VILA DE REI

Instituição Particular de Solidariedade Social

permitindo-lhes tomar decisões económicas e avaliar as tendências na informação financeira para finalidades de previsão.

### 3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

#### 3.2.1. Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer. Os ativos fixos tangíveis são apresentados no balanço pelo respetivo valor líquido de depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridas.

As depreciações são calculadas e registadas, pelo método das quotas constantes, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, para os ativos fixos tangíveis anteriores à entrada do normativo, as taxas são as definidas na portaria 173/89 de 3 de Março (específicas para as IPSS), para os bens com data de aquisição posteriores a esta, são as taxas do Decreto Regulamentar nº 25/2009 de 14 de Setembro.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Classe de Bens	Vida útil esperada
Edifícios e outras construções	10 a 50 anos
Equipamento Básico	4 a 10 anos
Equipamento de transporte	4 anos
Equipamento administrativo	3 a 8 anos
Outros ativos fixos tangíveis	4 a 10 anos

O ganho resultante da alienação de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o valor do montante recebido na transação e a quantia escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre a alienação.

#### 3.2.2. Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis são mensurados ao custo deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas, sendo os dispêndios com atividades de pesquisa reconhecidos como gastos no período em que são incorridos.



## SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VILA DE REI

Instituição Particular de Solidariedade Social

As amortizações de ativos intangíveis são reconhecidas numa base linear durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Classe de Bens	Vida útil esperada
Programas de Computador	3 Anos

### 3.2.3. Imparidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis da Instituição com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

A quantia recuperável do ativo (ou da unidade geradora de caixa) consiste no maior de entre (i) o justo valor deduzido de custos para vender e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto que reflete as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do ativo (ou da unidade geradora de caixa) relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia escriturada do ativo (ou da unidade geradora de caixa) for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de "Perdas por imparidade", salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo daquela revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de "Reversões de perdas por imparidade". A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações) caso a perda por imparidade anterior não tivesse sido registada.

### 3.2.4. Propriedades de Investimento

As propriedades de investimento compreendem, essencialmente, imóveis detidos para obter rendas ou valorizações do capital ou ambos, não se destinando ao uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços ou para fins administrativos ou para venda no curso ordinário dos negócios.



## SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VILA DE REI

Instituição Particular de Solidariedade Social

As propriedades de investimento são inicialmente mensuradas ao custo (que inclui custos de transação). Subsequentemente, as propriedades de investimento são mensuradas de acordo com modelo do custo.

Os ativos da Instituição que se qualificam como propriedades de investimento só passam a ser reconhecidos como tal após o inicio da sua utilização. Até ao momento em que o ativo se qualifica como propriedade de investimento, o mesmo ativo é registado pelo seu custo de aquisição ou produção. A partir desse momento, esses ativos passam a ser contabilizados com base no correspondente justo valor. A diferença entre o justo valor e o custo (de aquisição ou produção) nessa data é registada diretamente na demonstração dos resultados na rubrica de "Ganhos/Perdas por aumentos de justo valor".

Os custos incorridos relacionados com propriedades de investimento em utilização nomeadamente, manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades são reconhecidos como um gasto no período a que se referem. As beneficiações ou benfeitorias em propriedades de investimento relativamente às quais existem expectativas de que irão gerar benefícios económicos futuros adicionais para além do inicialmente estimado são capitalizadas na rubrica de "Propriedades de investimento", estas não foram avaliadas no exercício de 2017.

### 3.2.5. Imposto Sobre o Rendimento

O imposto corrente a baseado no lucro tributável do período, é nulo, uma vez que o lucro está isento, pois as operações são isentas de IRC.

### 3.2.6. Inventários

Os inventários encontram-se registados ao menor de entre o custo e o valor líquido de realização. O custo inclui o preço de compra e outros impostos (que não sejam os posteriormente recuperáveis das entidades fiscais pela entidade) e custos de transporte, manuseamento e outros custos diretamente atribuíveis à aquisição de bens acabados, materiais e serviços. Descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes deduzem-se na determinação dos custos de compra. O valor líquido de realização representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para concluir os inventários e para efetuar o seu consumo. Nas situações em que o valor de custo é superior ao valor líquido de realização, é registado um ajustamento (perda por imparidade) pela respetiva diferença. As variações do exercício nas perdas por imparidade de inventários são registadas nas rubricas de resultados "Perdas por imparidade em inventários" e "Reversões de ajustamentos em inventários".

O método de custeio dos inventários adotado pela instituição consiste no custo médio.



## SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VILA DE REI

Instituição Particular de Solidariedade Social

### 3.2.7. Ativos e Passivos Financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Entidade se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Os ativos e passivos financeiros encontram-se mensurados ao custo.

### 3.2.8. Reconhecimento do Rédito

O rédito compreende o valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Entidade. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

A Entidade reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a Entidade obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos.

Os rendimentos são reconhecidos na data da realização da prestação dos serviços, ou seja quando incorre nos gastos necessários para a execução dos mesmos.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao pressuposto do acréscimo.

### 3.2.9. Subsídios

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando uma certeza razoável de que a Entidade irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios do Governo associados à aquisição ou produção de ativos não correntes são inicialmente reconhecidos nos fundos patrimoniais, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática proporcionalmente às amortizações dos ativos.

### 3.2.10. Provisões

As provisões são registadas quando a Instituição tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante das provisões registadas consiste na melhor estimativa, na data de relato, dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa, revista em cada data de relato, é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados a cada obrigação.



## SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VILA DE REI

Instituição Particular de Solidariedade Social

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

### 3.2.11. Locação Financeira

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e benefícios associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os ativos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos ativos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos de locações financeiras são repartidos entre encargos financeiros e redução da responsabilidade, de modo a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade.

Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como gasto numa base linear durante o período da locação. Os incentivos recebidos são registados como uma responsabilidade, sendo o montante agregado dos mesmos reconhecido como uma redução do gasto com a locação, igualmente numa base linear.

As rendas contingentes são reconhecidas como gastos do período em que são incorridas.

### 3.2.12. Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Os encargos financeiros de empréstimos obtidos relacionados com a construção do Centro Geriátrico foram capitalizados, sendo parte integrante do custo do ativo. A capitalização destes encargos financeiros tem início quando começam a ser incorridos dispêndios com o ativo e prolongam-se enquanto estiverem em curso a obra necessária para preparar o ativo para o seu uso pretendido. Tal capitalização cessa quando substancialmente todas as atividades necessárias para preparar o ativo para o seu uso pretendido. Adicionalmente, a capitalização é suspensa durante os períodos extensos em que o desenvolvimento das atividades atrás referidas seja interrompido. Quaisquer rendimentos gerados por empréstimos obtidos antecipadamente relacionados com um investimento específico são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.



## SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VILA DE REI

Instituição Particular de Solidariedade Social

### 3.3. Acontecimento Subsequentes e Principais Pressupostos Relativos ao Futuro

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço, ou seja acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos, são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço, ou seja acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos, são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materialmente relevantes.

### 3.4. Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospectiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

#### 3.4.1. Provisões e Ajustamentos aos valores dos ativos

A Entidade analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação.

A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

#### 3.4.2. Imparidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da Entidade, tais como: a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital, bem como por quaisquer outras alterações, quer internas quer externas, à Entidade.



## SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VILA DE REI

Instituição Particular de Solidariedade Social

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos implicam um elevado grau de julgamento por parte da Mesa Administrativa no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

### 3.4.3. Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis

As vidas úteis utilizadas no cálculo das amortizações económicas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis foram as constantes do Decreto Regulamentar 25/2009 e a Portaria 173/89. A Mesa Administrativa considera que estas são as que melhor se adequam ao padrão de consumo dos futuros benefícios económicos incorporados nos ativos através do seu uso.

### 4. OS DE CAIXA

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses) e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes.

Caixa e seus equivalentes detalha-se conforme se segue:

	2018	2017
Numerário	3 440,16	3 888,42
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	167 325,24	280 943,74
	<u>170 765,40</u>	<u>284 832,16</u>
	<u>170 765,40</u>	<u>284 832,16</u>

A rubrica Depósitos Bancários inclui o montante de 25.468,65€ em 2018 e 84.331,25€ em 2017, que não se encontra disponível para uso da Instituição, em resultado destes montantes pertencerem a utentes que delegam na Instituição a gestão dos seus fundos.

### 5. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os períodos findos em 31-12-2018 e em 31-12-2017, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade foi o seguinte:



## SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VILA DE REI

Instituição Particular de Solidariedade Social

2018						
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipam. básico	Equipam. de transporte	Equipam. administ.	Outros ativos fixos tangíveis em curso
Saldo inicial	312 170,79	8 388 256,10	962 131,45	280 624,00	201 033,22	313 155,41
Aquisições	2 427,57	26 606,72	11 044,16		4 872,91	
Alienações						
Abate				(6 500,00)		
Transferências		62 710,91				
Saldo final	314 598,36	8 477 573,73	973 175,61	274 124,00	205 906,13	313 155,41
Saldo inicial	*	1 673 438,65	846 290,30	256 258,52	150 916,12	278 641,89
Amortizações do exercício		183 621,38	25 758,88	10 835,91	8 600,39	5 874,74
Alienações						
Abates				(6 500,00)		
Saldo final	*	1 857 060,03	872 049,18	260 594,43	159 516,51	284 516,63
						(6 500,00)
314 598,36	6 620 513,70	101 126,43	13 529,57	46 389,62	28 638,78	17 168,50
						7 141 964,96



## SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VILA DO REI

Instituição Particular de Solidariedade Social

2017						
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipam. básico	Equipam. de transporte	Equipam. administ.	Outros ativos tangíveis
						Ativos fixos tangíveis em curso
Saldo inicial	312 170,79	5 216 669,60	867 466,94	271 124,00	182 860,09	305 154,56
Aquisições		724,75	93 044,02	9 500,00	18 173,13	8 000,85
Alienações						907 417,89
Abates						(53,20)
Transferências						(53,20)
Saldo final	312 170,79	8 388 256,10	962 131,45	280 624,00	201 033,22	313 155,41
						(3 172 482,24)
						35 046,53
Saldo inicial	1 520 811,28	828 931,65	247 130,94	139 259,38	273 545,17	-
Amortizações do exercício	152 627,37	17 358,65	9 127,58	11 656,74	5 096,72	-
Alienações						195 867,06
Abates						-
Saldo final	- 1 673 438,65	846 290,30	256 258,52	150 916,12	278 641,89	- 3 205 545,48
312 170,79	6 714 817,45	115 841,15	24 365,48	50 117,10	34 513,52	35 046,53
						7 286 872,02



## SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VILA DE REI

Instituição Particular de Solidariedade Social

Montante e natureza dos bens do patrimônio histórico, artístico e cultural, que são a Capela da Misericórdia e as Imagens.

2018

	Edifícios e outras construções	Outros ativos fixos tangíveis	Total
<b>Ativos</b>			
Saldo inicial	247 224,83	11 688,36	258 913,19
Saldo final	247 224,83	11 688,36	258 913,19
<b>Amortizações acumuladas e perdas por imparidade</b>			
Saldo inicial	50 808,00	11 688,36	62 496,36
Amortização do Exercício	4 848,90	0,00	4 848,90
Saldo final	55 656,90	11 688,36	67 345,26
<b>Ativos líquidos</b>	<b>191 567,93</b>	<b>0,00</b>	<b>191 567,93</b>

2017

	Edifícios e outras construções	Outros ativos fixos tangíveis	Total
<b>Ativos</b>			
Saldo inicial	247 224,83	11 688,36	258 913,19
Saldo final	247 224,83	11 688,36	258 913,19
<b>Amortizações acumuladas e perdas por imparidade</b>			
Saldo inicial	45 959,10	11 688,36	57 647,46
Transferências			0,00
Amortização do Exercício	4 848,90		4 848,90
Saldo final	50 808,00	11 688,36	62 496,36
<b>Ativos líquidos</b>	<b>196 416,83</b>	<b>0,00</b>	<b>196 416,83</b>



## SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VILA DE REI

Instituição Particular de Solidariedade Social

Em 31-12-2018 e em 31-12-2017, a Instituição tinha os seguintes ativos tangíveis afetados por restrições de titularidade:

Ativo	Quantia escriturada	Passivo associado	Valor do Passivo 2018	Valor do Passivo 2017	Garantia
Edifício da UCC	2 846 664,59	Empréstimo NB	0,00	713 134,21	Hipoteca sob imóvel (ver nota 13)
Edifício da UCC	2 846 665,59	Empréstimo MPG	951 663,85	0,00	Hipoteca sob imóvel (ver nota 13)
Edifício Stº António	456 154,75	Empréstimo CGD	0,00	39 375,50	Hipoteca sob imóvel (ver nota 13)
Edifício Centro Geriátrico	3 151 503,09	Empréstimo CGD	878 205,06	955 128,18	Hipoteca sob imóvel (ver nota 13)
Edifício Casa do Idoso	557 234,96	Empréstimo CA	448 731,99	478 236,40	Hipoteca sob imóvel (ver nota 13)

### 6. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Durante os exercícios findos em 31.12.2018 e em 31.12.2017, o movimento ocorrido na quantia escriturada das propriedades de investimento, foi o seguinte:

	2018			
	Propriedades de investimento			
	Arrendadas	Para venda	Em desenvolvimento	Total
Saldo inicial - quantia bruta	43 927,08	26 395,76	9 263,85	79 586,69
Adições	-	-	-	-
Aquisições	-	-	-	-
Saldo final - quantia bruta	43 927,08	26 395,76	9 263,85	79 586,69
Saldo final - quantia escriturada líquida	43 927,08	26 395,76	9 263,85	79 586,69

	2017			
	Propriedades de investimento			
	Arrendadas	Para venda	Em desenvolvimento	Total
Saldo inicial - quantia bruta	43 927,08	26 395,76	9 263,85	79 586,69
Adições	-	-	-	-
Saldo final - quantia bruta	43 927,08	26 395,76	9 263,85	79 586,69
Saldo final - amortizações e perdas por imparidade acumuladas	-	-	-	-
Saldo final - quantia escriturada líquida	43 927,08	26 395,76	9 263,85	79 586,69



## SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VILA DE REI

Instituição Particular de Solidariedade Social

No decurso dos exercícios findos em 31.12.2018 e em 31.12.2017 foram reconhecidos em resultados os seguintes rendimentos e gastos relacionados com propriedades de investimento:

	2018		
	Rendimentos de rendas	Gastos diretos	Resultado
<b>Arrendadas:</b>			
Artigo Rustico nº 27581	180,00		180,00
Artigo Urbano nº 4912	681,48		681,48
Artigo Urbano nº 2832	4 050,00		4 050,00
	<b>4 911,48</b>	<b>-</b>	<b>4 911,48</b>
<b>Para venda:</b>			
<b>Em desenvolvimento:</b>			
	<b>4 911,48</b>	<b>-</b>	<b>4 911,48</b>
 <b>2017</b>			
	Rendimentos de rendas	Gastos diretos	Resultado
<b>Arrendadas:</b>			
Artigo Urbano nº 4912	681,48		681,48
Artigo Urbano nº 2832	1 600,00		1 600,00
	<b>2 281,48</b>	<b>-</b>	<b>2 281,48</b>
<b>Para venda:</b>			
<b>Em desenvolvimento:</b>			
	<b>2 281,48</b>	<b>-</b>	<b>2 281,48</b>



## SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VILA DE REI

Instituição Particular de Solidariedade Social

### 7. ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31.12.2018 e em 31.12.2017, o movimento ocorrido na quantia escriturada das propriedades de investimento, foi o seguinte:

	2018	
	Programas computador	Total
<b>Ativos</b>		
Saldo inicial	11 135,06	11 135,06
Aquisições		
Saldo final	11 135,06	11 135,06
<b>Amortizações acumuladas e perdas por imparidade</b>		
Saldo inicial	7 690,96	7 690,96
Amortizações do exercício	1 007,72	1 007,72
Saldo final	8 698,68	8 698,68
<b>Ativos líquidos</b>	<b>2 436,38</b>	<b>2 436,38</b>
<hr/>		
	2017	
	Programas computador	Total
<b>Ativos</b>		
Saldo inicial	8 111,60	8 111,60
Aquisições	3 023,46	3 023,46
Saldo final	11 135,06	11 135,06
<b>Amortizações acumuladas e perdas por imparidade</b>		
Saldo inicial	7 219,85	7 219,85
Amortizações do exercício	471,11	471,11
Saldo final	7 690,96	7 690,96
<b>Ativos líquidos</b>	<b>3 444,10</b>	<b>3 444,10</b>



## SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VILA DE REI

Instituição Particular de Solidariedade Social

### 8. LOCAÇÕES

#### Locações financeiras

Em 31.12.2018 e 31.12.2017 a instituição é locatária em contratos de locação financeira relacionados com painéis solares, os quais se encontram denominados em euros.

Os bens detidos em regime de locação financeira são detalhados conforme se segue:

	2018		2017	
	Custo	Amortiz./perdas imp. acumuladas	Montante líquido	Montante líquido
Outros ativos tangíveis	128.232,16	128.232,16	-	-
	<u>128.232,16</u>	<u>128.232,16</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

Os pagamentos mínimos das locações financeiras em 2018 e 2017 são detalhados conforme se segue:

	Pagamentos mínimos	
	2018	2017
Até 1 ano	7 642,00	10 560,98
Entre 1 ano e 5 anos	0,00	7 449,03
A mais de 5 anos	0,00	0,00
Total	<b>7 642,00</b>	<b>18 010,01</b>

#### Locações operacionais – Locador

Em 31.12.2018 a Instituição é locadora em contratos de locação operacional relacionados com prédios arrendados, os quais se encontram denominados em euros.

O rendimento relacionado com locações operacionais é o indicado na Nota 6 – Propriedades de Investimento.

### 9. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados



## SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VILA DE REI

### Instituição Particular de Solidariedade Social

ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2015, 2016, 2017 e 2018 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

O Órgão de Gestão da Entidade entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 2018.

Não existem gastos com imposto sobre o rendimento em 31.12.2018 e 31.12.2017.

### *10. INVENTÁRIOS*

Em 31-12-2018 e em 31-12-2017, os inventários da Entidade são detalhados conforme se segue:

Descrição	31-12-2018		31-12-2017	
	Qtas Brutas	Qtas Liquidas	Qtas Brutas	Qtas Liquidas
Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	205 031,82	205 031,82	202 813,87	202 813,87
Produtos acabados e intermédios	7 981,00	7 981,00	7 981,00	7 981,00
<b>Total:</b>	<b>213 012,82</b>	<b>213 012,82</b>	<b>210 794,87</b>	<b>210 794,87</b>

O apuramento das mercadorias vendidas e das matérias consumidas/produção foi como se segue:

Descrição	31-12-2018			
	Mercadorias	Matérias-primas Subsid. Consumo	Produtos acabados e intermédios	Total
Inventário Inicial:	0,00	202 813,87	7 981,00	202 813,87
Compras	0,00	322 138,88	0,00	322 138,88
Regularizações	0	0	0	0,00
Inventário Final	0,00	205 031,82	7 981,00	205 031,82
C.M.V.M.C.	0,00	<b>319 920,93</b>	<b>0,00</b>	<b>319 920,93</b>



## SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VILA DE REI

Instituição Particular de Solidariedade Social

Descrição	31-12-2017			
	Mercadorias	Matérias-primas Subsid. Consumo	Produtos acabados e intermédios	Total
Inventário Inicial:	0,00	48 069,36	0,00	48 069,36
Compras	0,00	550 146,93	7 981,00	550 146,93
Regularizações	0	0	0	0,00
Inventário Final	0,00	202 813,87	7 981,00	202 813,87
C.M.V.M.C.	0,00	395 402,42	0,00	395 402,42



## SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VILA DE REI

Instituição Particular de Solidariedade Social

### *II. ATIVOS FINANCEIROS*

#### Não Correntes

Em 31.12.2018 e 31.12.2017 a rubrica de Investimentos Financeiros apresentava o saldo de 18.973,80€ e 11.474,92€, conforme tabela:

	2018	2017
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo da Sertã	705,00	705,00
Fundo de Compensação do Trabalho	18 268,80	10 769,92
	<u>18 973,80</u>	<u>11 474,92</u>

#### Correntes

##### Clientes

Em 31.12.2018 e 31.12.2017 a rubrica de clientes apresentava a seguinte decomposição:

CLIENTES	2018			2017		
	Conta Corrente	Imparidade	Valor Líquido	Conta Corrente	Imparidade	Valor Líquido
UTENTES LAR/CRECHE/APOIO	96 873,67	61 177,28	35 695,39	120 845,63	55 540,02	65 305,61
Utentes UCC	63 161,66	31 131,74	32 029,92	60 578,30	37 476,46	23 101,84
CENTRO DIST SEGURANÇA SOCIAL	54 933,87		54 933,87	57 280,94		57 280,94
ARS CENTRO	192 607,15		192 607,15	247 971,49		247 971,49
ADM-GNR	1 964,75	1 964,75	0,00	0,00		0,00
IASFA	600,81	600,81	0,00	7 037,06		7 037,06
OUTROS	3 940,40		3 940,40	5 707,04		5 707,04
Total	414 082,31	94 874,58	319 207,73	499 420,46	93 016,48	406 403,98

#### Estado

Descrição	2018		2017	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas Retenção na Fonte			0,00	0,00
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares	10,35	14 732,04	10,35	13 319,26
Imposto sobre o valor acrescentado	45 582,75	101,35	36 191,75	35 185,76
Contribuições para a Segurança Social	0,00	58 934,54	0,00	55 481,44
Outras Contribuições	0,00	774,99	0,00	660,76
Total	45 593,10	74 542,92	36 202,10	104 647,22



## SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VILA DE REI

Instituição Particular de Solidariedade Social

### Outras Contas a Receber

Outras Contas a Receber	2018	2017
Carlos Nunes	8 426,15	8 426,15
Entidade Financeira EDP	9 368,65	9 188,96
Medicação Utentes	5 184,70	4 050,65
Devedores por acréscimo rendimento	26 378,44	8 414,60
Fornecedores	7 207,81	10 037,85
Pedidos de reembolsos Despesas - CLDS3G	106 927,47	39 676,32
Total	163 493,22	79 794,53

### Fundadores / Doadores / Irmãos

	2018	2017
Quotas de Irmãos	16 212,50	19 515,00
Total	16 212,50	19 515,00

### 12. GASTOS A RECONHECER

Gastos a Reconhecer	2018	2017
Seguros	3 366,55	4 754,20
Gasóleo	1 768,98	3 853,31
Ferramentas utensílios	19 071,35	24 828,45
Material de Escritório	11 524,38	7 076,81
Contrato Assistência de Informática	6 284,07	6 691,20
Material de Conservação e Reparação	5 618,66	0,00
Gás Propano Granel	9 389,56	0,00
Outros	0,00	231,45
Total	57 623,55	47 435,42



## SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VILA DE REI

Instituição Particular de Solidariedade Social

### III. PASSIVOS FINANCEIROS

#### Financiamentos Obtidos

Instituições financeiras:	2018		2017		Vencimento	Tipo de autorização
	Entidade financeira	Montante utilizado	Entidade financeira	Montante utilizado		
Emprestimos bancários:						
Emprestimo nº 0912001922291(1)	CGD	-	-	39 208,79	-	2018 Renda Constante
Emprestimo nº 77003300042)	NB	-	-	115 874,25	597 259,96	2025 Capital Constante
Emprestimo nº 0912.002002010.251-(3)	CGD-Jessica	40 485,84	421 727,38	40 485,84	462 213,42	Capital Constante
Emprestimo nº 0912.002002011.251-(3)	CGD-Jessica	36 437,28	379 554,36	35 661,49	416 767,43	Capital Constante
Emprestimo nº 56062493859-(4)	CA	30 069,90	418 662,09	29 504,40	448 732,00	Capital Constante
Emprestimo nº 274.36.000229-0-(5)	MPG	53 277,96	898 385,89	-	-	Renda Constante
Livrança CGD	CGD	-	-	300 000,00	-	2030 Renda Constante
CA Nº 40179126129	CA	6 768,56	-	-	-	
CA Nº 40179126129	CA	185 000,00	-	-	-	
CGD 4986930	CGD	-	-	988,75	-	Descoberito
		<b>352 039,54</b>	<b>2 118 329,92</b>	<b>561 723,52</b>	<b>1 924 972,81</b>	



## SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VILA DE REI

### Instituição Particular de Solidariedade Social

Entidade financeira/dadora	2018		2017		Vencimento amortização	
	Montante utilizado		Montante utilizado			
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente		
Outros empréstimos obtidos:						
Leasing nº 183678	7 642,00		10 560,98	7 449,03	2019	
SCM Lisboa	83 943,96	1 267 748,92	86 957,28	1 352 792,85	Renda variável	
	91 585,96	1 267 748,92	97 518,26	1 360 241,88	Protocolo	
Total instituições financeiras	443 625,50	3 386 078,84	659 241,78	3 285 214,69		
	443 625,50	3 386 078,84	659 241,78	3 285 214,69		

### Garantias Prestadas

- (1)-Hipoteca de 900.000,00 € sob imóvel a Caixa Geral de Depósitos
- (2)-Financiamento que passou para o Montejo Geral
- (3)-Hipoteca de 1.000.000,00 € sob imóvel a Caixa Geral de Depósitos
- (4)-Hipoteca de 500.000,00 € sob imóvel à Caixa Agrícola
- (5)-Hipoteca de 965.000,00 € sob imóvel ao Montejo Geral



## SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VILA DE REI

Instituição Particular de Solidariedade Social

SCM Lisboa	Pagamentos mínimos	
	2018	2017
Até 1 ano	83 943,96	86 957,28
Entre 1 ano e 5 anos	419 719,80	434 786,40
A mais de 5 anos	848 029,12	918 006,45
<b>Total</b>	<b>1 351 692,88</b>	<b>1 439 750,13</b>

### Fornecedores

Descrição	2018	2017
ABRANLÓGICA - INFORMÁTICA E TELECOMUNICAÇÕES, LDA.	4 765,95 €	1 522,29 €
ALFSAÚDE - SERVIÇOS MÉDICOS, LDA	2 520,00 €	2 340,00 €
ALLIANCE HEALTHCARE, S.A.	9 882,32 €	3 592,47 €
AUTO MECÂNICA DA MILRIÇA, LDA.	4 807,33 €	2 301,57 €
CASA ROQUE - CARDOSO & PIRES, LDA.	11 090,72 €	5 789,49 €
EDP - COMERCIAL	9 272,53 €	6 755,53 €
ESSITY PORTUGAL, LDA	30 144,34 €	10 716,31 €
GERTAL, LDA	162 140,24 €	51 430,95 €
JOÃO PIRES MEDICAL, LDA	6 906,15 €	3 217,05 €
JOÃO SERRAS - COMÉRCIO DE PNEUS, LDA	5 432,00 €	2 486,00 €
KAPTAİN HIGIENE GLOBAL, LDA	10 784,02 €	5 684,96 €
MANUEL RUI AZINHAIS NABEIRO, LDA	3 242,33 €	2 155,18 €
MUTAÇÃO - CONSULTORIA, ESTUDOS E SERVIÇOS FORMAÇÃO	8 153,20 €	0,00 €
NESTLÉ PORTUGAL, S.A.	7 272,71 €	865,66 €
NIPPON GASES PORTUGAL UNIPessoal, LDA.	2 360,11 €	3 172,21 €
NUCLIMUNE - CLIMATIZAÇÃO UNIPessoal, LDA	5 216,55 €	0,00 €
REPSOL GÁS PORTUGAL S.A.	13 386,89 €	12 416,48 €
SAFE AID - SOLUÇÕES GLOBAIS DE EMERGÊNCIA, LDA	2 292,57 €	0,00 €
SAS TI - SOLUÇÕES PARA TECN. DE INFORMAÇÃO, UNIP.	16 619,97 €	12 282,41 €
TABELA INDISPENSÁVEL	12 064,75 €	6 035,09 €
OUTROS FORNECEDORES	39 884,23 €	44 753,51 €
<b>Total</b>	<b>368 238,91 €</b>	<b>177 517,16 €</b>



## SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VILA DE REI

Instituição Particular de Solidariedade Social

### Outras contas a pagar

Outras Dividas a Pagar	2018	2017
Passivo Corrente		
Remunerações a pagar (Férias e Subsídio-Férias)	407 283,38	373 368,88
Honorários Carlos Nunes	16 234,77	21 563,65
Cofre utentes	80 454,67	84 161,00
Pessoal	4 000,47	1 377,66
Outros Credores	900,25	900,25
Formandos - Formação Portugal 2020	3 043,68	0,00
Fornecedores de Investimentos	99 123,51	153 113,10
Total	611 040,73	634 484,54

### Rendimentos a Reconhecer

Réido a Reconhecer	2018	2017
Diferimento - Apartamentos	138 001,08	169 379,14
Total	138 001,08	169 379,14

### 14. RÉDITO

O rédito reconhecido pela Entidade em 2018 e em 2017 é detalhado conforme se segue:

QUANTIA DE CADA CATEGORIA SIGNIFICATIVA DE RÉDITO RECONHECIDA		
Descrição	31-12-2018	31-12-2017
Vendas de bens	51,45	0,00
Prestação de serviços	3 653 448,37	3 265 582,31
Total:	3 653 499,82	3 265 582,31



## SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VILA DE REI

Instituição Particular de Solidariedade Social

### *15. SUBSÍDIOS DO GOVERNO E APOIOS DO GOVERNO*

Os registos dos subsídios ocorreram conforme segue:

Descrição	31-12-2018	31-12-2017
Subsídios do Estado e outros entes públicos	835 574,92	807 817,19
ISS, IP - Centro Distrital	835 574,92	807 817,19
Subsídios de outras entidades	75 476,50	234 272,73
IEFP	38 953,66	42 946,81
Subsídio de Funeral	4 549,00	631,98
Subsídio da Autarquia	1 337,00	13 890,00
Formação Portugal 2020	23 390,94	0,00
Doações e heranças (a)	7 245,90	176 803,94
Subsídios, doações e legados à exploração	911 051,42	1 042 089,92

(a)

Entidade	2018	2017
Silva Domingos - Actividade Farmaceutica, Lda.	3 219,21	3 496,61
Manuel Rui Azinhais Nabeiro, Lda	0,00	3 314,89
A Princesa da Moda - Ind.Com.Conf. Lda	0,00	164 334,52
Outros	4 026,69	5 657,92
Total	7 245,90	176 803,94



## SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VILA DE REI

Instituição Particular de Solidariedade Social

### *16. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS*

A rubrica de Fornecimentos e serviços externos tem no exercício de 2018 e 2017 a seguinte composição:

Descrição	31-12-2018	31-12-2017
Subcontratos	523 292,24 €	347 086,97 €
Serviços especializados	243 746,28 €	245 926,78 €
Trabalhos especializados	133 833,13 €	113 818,39 €
Publicidade e propaganda	255,84 €	1 045,50 €
Vigilância e segurança	295,20 €	99,64 €
Honorários	57 677,89 €	76 370,10 €
Conservação e reparação	51 684,22 €	54 593,15 €
Outros Serviços	0,00 €	0,00 €
Material	70 250,49 €	69 948,92 €
Ferramentas	46 197,66 €	41 555,06 €
Livros e Documentos técnica	35,11 €	2 266,10 €
Material de escritório	18 208,81 €	21 090,74 €
Artigos para oferta	52,40 €	327,80 €
Outros Materiais	5 756,51 €	4 709,22 €
Energia e fluidos	261 172,39 €	218 413,84 €
Eletricidade	143 041,57 €	120 122,67 €
Combustíveis	101 414,96 €	84 678,46 €
Água	16 715,86 €	13 612,71 €
Deslocações, estadas e transportes	2 516,26 €	9 604,22 €
Deslocações e estadas	1 484,24 €	4 632,64 €
Transporte de mercadorias e Pessoal	1 032,02 €	4 590,28 €
Outros	0,00 €	381,30 €
Serviços diversos	67 133,43 €	54 482,78 €
Rendas e Aluguérées	0,00 €	0,00 €
Comunicação	14 501,37 €	13 757,39 €
Seguros	12 683,23 €	14 813,13 €
Contencioso e notariado	1 808,82 €	3 232,04 €
Outros serviços	26 081,43 €	14 582,18 €
Encargos c/ Utentes	12 058,58 €	8 098,04 €
<b>Total</b>	<b>1 168 111,09 €</b>	<b>945 463,51 €</b>



## SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VILA DE REI

Instituição Particular de Solidariedade Social

### *17. GASTOS COM O PESSOAL*

#### Gastos com o Pessoal

Os gastos reconhecidos no exercício com gastos com o pessoal e órgãos diretivos discriminam-se como se segue:

Descrição	31-12-2018	31-12-2017
Remunerações dos Órgãos sociais	298,8	1 059,30
Remunerações do pessoal	2 445 880,04	2 229 335,97
Indemnizações	4 063,40	13 008,69
Encargos sobre remunerações	557 203,18	466 278,97
Seguro acidente de trabalho e doenças profissionais	26 742,52	20 399,87
Outros gastos com o pessoal	8 437,18	6 008,76
<b>Gastos com o pessoal:</b>	<b>3 042 625,12</b>	<b>2 736 091,56</b>

#### Quadro de Pessoal

A Instituição tinha em média ao serviço em 2018, 231 colaboradores e em 2017, 218 colaboradores.

#### Corpos Gerentes

Os Corpos Gerentes da Instituição são compostos por 21 Elementos, eleitos para o Quadriénio 2017-2020, não sofreram alteração nos exercícios de 2018 e 2017.

Os Corpos Gerentes não auferem nenhum tipo de remuneração, excepto as deslocações ao serviço da Instituição.

#### Beneficiários

	Nº Utentes	
	2018	2017
Lar	169	139
Apoio	50	57
Creche e Jardim de Infância	43	40
UCC	68	68
Cantina Social	6	12
<b>Total</b>	<b>336</b>	<b>316</b>



## SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VILA DE REI

Instituição Particular de Solidariedade Social

### 18. AMORTIZAÇÕES DO EXERCÍCIO

A rubrica de amortizações do exercício de 2018 e 2017 a seguinte composição:

Descrição	2018	2017
Edifícios e Outras Construções	183 621,38	152 627,37
Bens do património histórico e artístico e cultural	4 848,90	4 848,90
Equipamento Básico	25 758,88	17 358,65
Equipamento Transporte	10 835,91	9 127,58
Equipamento Administrativo	8 600,39	11 656,74
Outros ativos fixos tangíveis	5 874,74	5 096,72
Programa de Informática	1 007,72	471,11
<b>Total</b>	<b>240 547,92</b>	<b>201 187,07</b>

Ver notas 5, 6 e 7

### 19. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

A rubrica de Outros rendimentos e ganhos tem no exercício de 2018 e 2017 a seguinte composição:

Descrição	31-12-2018	31-12-2017
Rendimentos suplementares	8 475,31	7 822,26
Rendimentos nos restantes ativos financeiros	0,00	64,26
Rendimentos nos restantes ativos não financeiros	0,00	2 379,19
Correções relativas a períodos anteriores	6 903,65	19 334,05
Imputação de subsídios para investimentos	17 794,97	17 794,97
Restituição de impostos	11 143,22	8 559,26
Outros não especificados	3 633,58	0,04
Juros	2,47	9,72
<b>Total</b>	<b>47 953,20</b>	<b>55 963,75</b>



## SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VILA DE REI

Instituição Particular de Solidariedade Social

### 20. OUTROS GASTOS E PERDAS

A rubrica de Outros gastos e perdas tem no exercício de 2018 e 2017 a seguinte composição:

Descrição	31-12-2018	31-12-2017
Impostos (Taxas)	1 023,48	0,00
Correções relativas de períodos anteriores	9 072,89	10 539,24
Donativos	11 750,00	0,00
Quotizações	2 780,00	2 780,00
Outros não especificados	265,97	415,00
Gastos c/apoios financeiros concedidos	6 515,29	0,00
<b>Total</b>	<b>31 407,63</b>	<b>13 734,24</b>



## SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VILA DE REI

Instituição Particular de Solidariedade Social

### *21. GASTOS FINANCIAMENTO*

A rubrica de gastos de financiamento no exercício de 2018 e 2017 a seguinte composição:

Descrição	31-12-2018	31-12-2017
Juros suportados financiamento	50 188,61	37 104,55
Juros suportados leasing	215,63	402,96
Total	50 404,24	37 507,51

### *22. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ACTIVOS CONTINGENTES*

Passivos contingentes

Não existe qualquer valor reclamado, sendo que dessa forma não foram constituídas quaisquer provisões.

### *23. PARTES RELACIONADAS*

A Santa Casa da Misericórdia é uma entidade de direito privado e utilidade pública administrativa que atua sob a tutela do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social.

Remuneração dos Órgãos Sociais

Os Órgãos Sociais (Provedor, Mesa da Santa Casa) foram considerados, de acordo com a NCRF 5, como sendo os únicos elementos "chave" da gestão da Santa Casa. Durante o período findo em 31 de dezembro de 2018, as remunerações auferidas pelos Órgãos Sociais da SCM foram apenas as relacionadas com deslocações 298,80 Euros.

Durante o exercício de 2018 e no exercício de outras funções na entidade os membros da mesa e outras partes relacionadas auferiram a seguinte remuneração:

Remuneração	2018	2017
Benefícios de curto prazo dos empregados	67 247,04	62 062,50
Benefícios pós-emprego	-	-
Outros benefícios de longo prazo	-	-
Benefícios por cessação de emprego	-	-
	67 247,04	62 062,50

No decurso dos exercícios findos em 31.12.2018 foram efetuadas as seguintes transações com outras partes relacionadas, obtenção de serviços no valor de 4.440,00 euros.



## SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VILA DE REI

Instituição Particular de Solidariedade Social

### **24. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR OUTROS DIPLOMAS LEGAIS**

Não existem dívidas em mora ao estado e à segurança social.

### **25. ACONTECIMENTOS APOS A DATA DO BALANÇO**

Após 31 de Dezembro de 2018 e até à presente data não foi registada a ocorrência de factos que possam afetar direta ou indiretamente as condições de equilíbrio económico e financeiro da empresa, ou que afetem de forma materialmente relevante as demonstrações financeiras e os resultados apresentados ou que mereçam ser divulgados, excepto, conforme referido na nota 3.1.1, foram encetado um processo de reestruturação de operações e investimentos para melhorar a rendibilidade e sustentabilidade financeira da entidade,

Vila de Rei, 22 de Março de 2019

O Contabilista Certificado

Rosa Martins

Os Representantes Legais

Maria Irene Barata Joaquim

Maria Celeste Rodrigues da Costa

Américo Bernardino

António Barreiros da Silva

Henrique Dias Santos Francisco



### **Proposta da Mesa Administrativa à Assembleia Geral**

1. Que seja aprovado o Relatório de Gestão do Ano de 2018;
2. Que seja transferido para a conta "Resultados Transitados" o Resultado Líquido do Exercício € - 242.370,59.

Vila de Rei, 22 de março de 2019



## **8. CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS**

# **Alberto Alves Martins**

Revisor Oficial de Contas

## **Alberto Alves Martins**

Rua Padre António Vieira, 52 – 1ºDto.  
4425 - 702 Pedrouços - Maia  
Portugal  
Telephone +351 22 017 83 76  
Mobile +351 96 706 69 99  
Facsimile +351 22 017 83 76  
Web [linkedin.com/in/AlbertoMartins/](https://www.linkedin.com/in/AlbertoMartins/)  
E-mail [amadsm@gmail.com](mailto:amadsm@gmail.com)

## **Certificação Legal das Contas**

### **Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras**

#### ***Opinião com reservas***

Auditei as demonstrações financeiras anexas da **Santa Casa da Misericórdia de Vila de Rei** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2018 (que evidencia um total de 8.420.438 euros e um total de fundos patrimoniais de 3.398.910 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 242.371 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais, a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em minha opinião, exceto quanto aos efeitos da matéria referida na alínea a) e exceto quanto aos possíveis efeitos da matéria referida na alínea b) apresentadas na secção “Bases para a opinião com reservas”, as demonstrações financeiras anexas da **Santa Casa da Misericórdia de Vila de Rei** em 31 de dezembro de 2018 estão preparadas, em todos os aspectos materiais, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização.

#### ***Bases para a opinião com reservas***

- a) Existe uma diferença para mais entre a quantia bruta escriturada de bens das rubricas do ativo fixo tangível, intangível e propriedades de investimento e o mapa de reintegrações e amortizações fiscais de cerca de 435.115 € (quatro centos e trinta e cinco milhares e cento e quinze euros). Esta diferença foi identificada no mapa de amortizações do ano 2000 e 1999, não existindo mapas anteriores a esta data. As primeiras demonstrações financeiras que se encontram disponíveis na instituição são de 1990.
- b) Nas demonstrações financeiras da Santa Casa de Misericórdia de Vila de Rei existem bens do ativo fixo tangível e propriedades de investimento atribuídos a título gratuito cuja mensuração no reconhecimento é efetuada pelo seu valor patrimonial fiscal acrescido dos custos escriturais e registrais. Nestes casos, segundo o normativo contabilístico vigente, os bens deveriam ser mensurados ao justo valor ou ao valor pelo qual se encontram segurados. A quantia assim apurada corresponde ao custo considerado para efeitos da mensuração no reconhecimento.

# **Alberto Alves Martins**

Revisor Oficial de Contas

## **Santa Casa da Misericórdia de Vila de Rei**

A minha auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As minhas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Sou independente da Entidade nos termos da lei e cumpri os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estou convicto de que a prova de auditoria que obtive é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a minha opinião com reservas.

### ***Incerteza material relacionada com a continuidade***

Na sequência dos investimentos efetuados nos últimos anos, em 31 de dezembro de 2018, o passivo corrente é superior ao ativo corrente. Tal como mencionado nas notas 3.1.1 e 25, as demonstrações financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações, prevendo-se a manutenção do apoio financeiro das instituições financeiras e outras entidades financiadoras, nomeadamente através da renovação e/ou reforço das linhas de crédito existentes, o qual é essencial para o equilíbrio económico e financeiro da entidade e para o cumprimento dos compromissos financeiros assumidos.

A minha opinião não é modificada em relação a esta matéria.

### ***Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras***

O órgão de gestão é responsável pela:

- a) preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;
- b) elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- c) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- d) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- e) avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

# **Alberto Alves Martins**

**Revisor Oficial de Contas**

**Santa Casa da Misericórdia de Vila de Rei**

## ***Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras***

A minha responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a minha opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, faço julgamentos profissionais e mantenho ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- a) identifiquei e avaliei os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebi e executei procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtive prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a minha opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- b) obtive uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- c) avaliei a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- d) conclui sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluir que existe uma incerteza material, devo chamar a atenção no meu relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a minha opinião. As minhas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do meu relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

**Alberto Alves Martins**

Revisor Oficial de Contas

Santa Casa da Misericórdia de Vila de Rei

- c) avaliei a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- f) comuniquei com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;

Vila de Rei, 25 de março de 2019

Alberto Manuel Alves da Silva Martins, R.O.C.



## **9. PARECER DO DEFINITÓRIO**



## SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VILA DE REI

*Instituição Particular de Solidariedade Social*

### PARECER DO CONSELHO FISCAL

#### SOBRE O RELATÓRIO DE GESTÃO DO ANO DE 2018

No cumprimento da alínea c) do número 1 do artigo 31º dos Estatutos da Santa Casa da Misericórdia de Vila de Rei, o Definitório ou Conselho Fiscal, no exercício das suas competências, submete à apreciação dos Senhores Associados / Irmãos o Parecer sobre o Relatório de Gestão do Exercício de 2018 apresentado pela Mesa Administrativa.

Os elementos do Definitório procederam à análise cuidada do Relatório de Gestão do Exercício de 2018, devidamente acompanhado pelo parecer do Revisor Oficial de Contas, emitido por Alberto Manuel Alves da Silva Martins.

Apresenta rendimentos totais de 4.612.504,44€, gastos totais de 4.854.875,03€ e um resultado negativo de 242.370,59€. O total de fundos patrimoniais é de 3.398.910,10€. Desta análise resultou a convicção dos membros deste órgão de que o Relatório de Gestão do Exercício de 2018 é um documento que expressa devidamente as atividades desenvolvidas pela Instituição no ano findo.

Face ao exposto, expressamos o nosso Parecer positivo no sentido de que seja aprovado pela Assembleia Geral da Santa Casa da Misericórdia de Vila de Rei o Relatório de Gestão do Exercício de 2018.

Vila de Rei, 25 de Março de 2019

O Definitório ou Conselho Fiscal,

João Álvares Barroso de Moura Campino (Presidente)

Rui Manuel Rosa Garcia (Vice Presidente)

Clarinda Mendes Antunes dos Santos (Secretária)